

# ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUINÉ BISSAU

Joelma Maia\*

## Resumo

Entre os anos de 1880 e 1970 o continente africano passou por um processo de colonização denominado imperialismo. O imperialismo, que em quase nada se diferia em modelo da antiga colonização realizada nas américas, com processos mais sofisticados, passou a ter como novos alvos os continentes africano e asiático. Na Guiné – Bissau o colonialismo português, que durou de 1930 a 1970, não obteve o objetivo esperado por causa da difícil absorção popular à cultura portuguesa. O fato de ser uma região com forte influência do islã impôs muita dificuldade aos missionários e colonizadores portugueses. Mas ao contrário de muitos países da África ocidental onde a maioria da população é islamizada, na Guiné essa dinâmica religiosa é bem mais complexa e as religiões tradicionais desse povo permaneceu resistindo fortemente.

**Palavras-chave:** Imperialismo, Guiné – Bissau, Religião tradicional

## Abstract

Between 1880 and 1970, the African continent passed a colonization process called imperialism. Imperialism, which almost nothing differed in style of ancient colonization held in the Americas, with a little more sophisticated processes, now has new targets as the African and Asian continents. In Guinea - Bissau Portuguese colonialism, which lasted from 1930 to 1970, did not achieve the expected goal because of difficult popular absorption to Portuguese culture. Being a region with strong influence of Islam imposed very difficult to missionaries and Portuguese settlers. But unlike many countries in West Africa where the majority of the population is Islamized in Guinea this religious dynamic is more complex and the traditional religions of this people remained strongly resisting.

**Keywords:** Imperialism, Guinea – Bissau, traditional religion

---

\* Mestranda pela UNEB, campus V, Santo Antonio de Jesus. Email: jomaiasantos@gmail.com O texto submetido é 100% inédito e não se encontra em processo de julgamento em nenhum outro periódico ou coletânea.

A Guiné – Bissau é um país africano situado na costa ocidental desse continente, limita-se ao norte com o Senegal e ao sul com a Guiné – Conakry. Essa configuração territorial estabeleceu-se após a partilha do território na conferência de Berlim, mas a divisão geográfica da região estabelecida pelos europeus quase não sofreu alterações, mesmo após a independência política desse país.

Antes da partilha da África e consequentemente da ocupação colonial europeia, a Guiné estava integrada a um território histórico denominado Senegâmbia do qual também faziam parte, além da Guiné, Gâmbia e Senegal. Atualmente essa região é denominada Kaabu, e se configura como uma região herdeira do nome e do território da região histórica da Senegâmbia. Essa região é descrita como sendo uma região com forte influência islâmica.

Independentemente das fronteiras nacionais, o Kaabu, é para larga maioria dos muçulmanos da Gâmbia, Guiné-Bissau e Casamence (Senegal) a área primordial de solidariedade, de recrutamento matrimonial e de trocas de todo gênero (DIAS, 1999, 309-318).

Estima-se que há cerca de 30 etnias<sup>1</sup> nesse pequeno território, entre as etnias mais conhecidas estão os Mandingas e Fulas estes de grande importância na difusão do Islamismo pela região. Além dos Fulas e Mandingas que são a grande maioria dos praticantes do islamismo, os Beafadas, os Nulus

1 O termo étnico ou etnia aqui utilizado tem relação com a ideia de origem cultural e ancestral comum a um determinado grupo, origem essa que o diferencia de outros grupos. “Pode se definir a etnia como uma entidade caracterizada por uma mesma língua, uma mesma tradição cultural e histórica, pela ocupação de um mesmo território, por uma mesma religião, sobretudo pela consciência coletiva de pertencer a sua comunidade” (LOPES, 1982).

e alguns núcleos de Balantas e Monjacos são adeptos do islamismo. Embora a grande maioria Balanta e Manjaca pratiquem a religião tradicional, um número significativo destes dedica-se ao islamismo.

Os Balantas são maioria populacional com cerca de 27% da população, os Fulas com cerca de 22%, em seguida os Mandingas com 12%, os Manjacos com 11% e os Pe-pel com 10%. Além desses há uma grande quantidade de povos com uma menor percentualidade, mas não menos importantes tais como os Bijagós, os Brâmes ou Mananhas, os Cassangas entre outros.

A história do islamismo na região da qual a Guiné – Bissau confunde-se com a história do império Mali. No século XIII surge no território que hoje está localizada entre o Senegal e Nigéria o Império Mali, também denominado Império Mandinga. Liderado pelo imperador e fundador Sundiata Keita, o império Mali expandiu seu território e consequentemente o islamismo por uma vasta região. (NIANE, 2010, p.148). Mas apesar da importância de Sundiata Keita na história dos povos Mandingas, a efetiva expansão do islamismo nessa região se deu sob o domínio do seu sucessor o Imperador Mansa Kanku Mussa. Esse imperador é lembrado pela lendária peregrinação às cidades sagradas do islã. Segundo registros de época, em 1324 – 1325 este soberano fez uma peregrinação a Meca com cerca de sessenta mil pessoas e quinhentos escravos, todos carregados de ouro em barra e em pó. (NIANE, 2010, p.148)

No entanto, a islamização efetuada entre os séculos XIII e XV restringiu-se em grande parte as elites e comerciantes urbanos. De forma geral sincreticamente com as religiões locais. O islamismo praticado por essa elite, entre eles reis e chefes de estados não eram tão rígidos e puros como exigiam

alguns reformadores<sup>2</sup> letrados que iriam adquirir popularidade séculos mais tarde. A maciça islamização que ocorreu na África ocidental entre os séculos XVIII e XIX, cujo fim coincidiu com a invasão europeia da região, teve uma maior adesão popular e interferiu diretamente na configuração social e territorial dos estados e regiões envolvidos nessa luta. Os principais personagens dessa revolução islâmica (BATRAM, 2010, p.619 - 640) foram os Fulas. Esses, eram os principais interessados na expansão islâmica pela região, pois viviam constantemente em situação humilhante (BATRAM, 2010, p.619 - 640). Por serem pastores e não possuírem território fixo eram obrigados a pagarem altas taxas em impostos.

Com a chegada dos portugueses no território guineense, após a partilha, os islâmicos passaram a ter concorrentes de peso no processo de dominação dos povos da região. A expansão islâmica sofreu um recuo.

Mas apesar disso a penetração do catolicismo e mais tarde do protestantismo, foi desde o início muito limitada e problemática. A expansão das confissões cristãs ficou de uma forma geral, confinadas as populações litorâneas. (DIAS, 1999, p.309 - 318)

O catolicismo não avançava na Guiné - Bissau e os administradores da colônia reforçavam a importância capital que ação missionária representava ao serviço da nacionalização, (RODRIGUES, 1948, p.228) até mesmo para conter o avanço do islamismo.

Com o golpe do Estado Novo e com a consequente ascensão de Salazar ao poder, a política colonial adquire atenção especial.

2 Termo utilizado pelo autor referindo-se aos líderes religiosos que conduziram o povo oeste africano durante o período conhecido como revoluções islâmicas, no século XIX. BATRAM, Aziz. As revoluções islâmicas do século XIX na África do Oeste. In: Historia Geral da África. África desde 1935. Vol. VIII. Brasília: UNESCO, 2010.

“A igreja católica assumiu um papel central no projeto ideológico e sociopolítico do Estado Novo” (SIMPSOM, 2012, p. 89). Primeiro porque a relação dela com o governo republicano precedente não tinha sido das melhores, pois o ideal liberalista republicano propunha uma laicização do estado (SIMPSOM, 2012, p. 89) reafirmada com a aprovação da lei de separação (SIMPSOM, 2012) e depois porque essa nova relação seria benéfica tanto para o estado novo quanto para a igreja. O novo governo utilizou-se com bastante ênfase do poder ideológico que a religião católica trazia.

Essa relação entre a igreja e o estado foi coroada com a assinatura em 7 de maio de 1940 da concordata e do acordo missionário ambos com o objetivo de firmar um acordo de cooperação entre a igreja e o estado. A partir daí as práticas missionárias sofrem modificações, houve uma maior intensificação dos trabalhos de conversão e do ensino da língua. As novas exigências missionárias tinham mais relação com a adaptação das populações locais as formas de trabalho exigidas pelo colonizador do que de fato alguma relação com o ensino religioso propriamente dito. Essas novas missões tinham como função principal ensinar os africanos a adaptarem-se ao modo de trabalho agrícola e pecuário dos europeus bem como fazer com que esse trabalho tivesse o melhor resultado possível.

Nos locais de missão eram construídas escolas, oficinas para o aprendizado de profissões e campos agrícolas. Tudo isso porque, segundo o padre Alves Correia “sem dignidade de trabalho a cristianização de uma raça é tarefa impossível e absurda todo o tentame de criar civilização” (CORREIA, 1936, p. 09).

Para o início desse novo modelo missionário era necessária a introdução de uma

ordem religiosa que se adaptasse facilmente aos novos objetivos do estado. Nesse caso os escolhidos para tal objetivo foram os franciscanos.

Os franciscanos tinham como objetivo fundar missões onde houvesse povos “mais favoráveis ao cristianismo”, nesse caso entre povos pertencentes a religião tradicional, pois acreditava-se que esses povos seriam mais adaptáveis ao cristianismo, porém alguns governadores discordavam dessa resolução missionária, pois para eles as missões deviam estabelecer-se “entre o gentio que mais arredo anda daqueles sentimentos e das rudimentares práticas de Civilização” (VIEGAS APUD REMA, 1971, p. 702) que seriam os islamizados.

As tentativas missionárias de conversão não teve o efeito desejado na Guiné, tanto por causa da falta de colaboração de algumas autoridades administrativas quanto da limitação eclesiástica impelida pela própria população.

Duas coisas se encontram nesta pequena colônia da Guiné que seriamente embarçam o missionário: a heterogeneidade das tribos, cada qual com a sua língua, seus costumes e características étnicas, o que impossibilita o missionário do contato com todas as raças. A isto acresce a muçulmanização das duas tribos de Mandingas e Fulas na sua quase totalidade e infiltrações mais ou menos notáveis nas restantes tribos (REMA, 1971, p. 686 - 687).

A limitação a que se referiu o padre Pedro era imposta pelos grupos islamizados que por possuir uma relação mais próxima com os europeus possuía também acesso as populações e por isso maior poder de conversão que os missionários.

No geral a atividade missionária na Guiné - Bissau foi durante todo o tempo marcada pela diminuta frequência de alunos seguida pela exigência por parte dos missio-

nários que o Estado tomasse alguma resolução para esse problema, aliado a isso havia ainda a questão política com os chefes de povoados. Pois a regularidade escolar dependia do maior ou menor interesse destes. Além disso, havia as exigências escolares, as despesas do material escolar e a interferência no ritmo de trabalho familiar.

Após a segunda guerra mundial e o aumento das reivindicações por independência a igreja católica e a ação missionária perdem muito de seu caráter nos países africanos, pois a partir desse momento com o movimento de reafricanização as instituições coloniais dentre elas a igreja são amplamente questionadas.

A Guiné-Bissau se tornou efetivamente colônia portuguesa nas primeiras décadas do século XX e assim permaneceu até 1973, mas nesse longo período de colonização portuguesa na África, a Guiné permaneceu na maioria das vezes como um território que fazia parte das colônias de Portugal, ainda que sua exploração e ocupação não parecesse prioridade para o estado português.

Os Portugueses nunca conseguiram estabelecer um verdadeiro e extensivo domínio colonizador na Guiné” (WOOLLACOTT, 1983, p. 52) pois a população local guineense impôs uma longa resistência. “Pela persistente e cruenta insubordinação de seus habitantes, a colônia ficou conhecida como Guiné, a rebelde” (AUGEL, 2006, p.56). O ambiente físico e climático hostil e a falta de recursos naturais que lhe trouxessem alguma vantagem econômica também colaboraram para o insipiente domínio Português na Guiné.

Desde a chegada dos portugueses na Guiné – Bissau no século XV, essa região servia principalmente como rotas comerciais e para a exportação de mão de obra escravizada, “primeiro para a ilha de Cabo Verde

e para as colônias espanholas na América, e mais tarde para o Brasil. O litoral guineense passou a maior parte do tempo à mercê de piratas franceses, ingleses e holandeses” (MAGALHÃES, 1920).

Foi a partir das disputas imperialistas que Portugal de fato passou a tentar impor uma ocupação na Guiné – Bissau. No entanto Angola e Moçambique eram as principais colônias portuguesas, em razão do seu potencial econômico e estratégico. Nesse sentido, o domínio português na Guiné – Bissau, não recebeu grandes investimentos econômicos e humanos, resultando num domínio colonial muito mais frágil e deficiente.

## Os guineenses e suas reações diante da invasão colonial

De modo geral a invasão europeia do continente africano foi seguida por muitas ações destes na tentativa de reverter a situação difícil em que se encontravam. Essas ações foram de diversos tipos desde a “colaboração” até a resistência passiva e até a luta armada e a guerrilha. Independentemente da estratégia utilizada pelos africanos o mais correto é que a resistência existiu e persistiu por todo o período colonial, desde a conquista até a definitiva saída dos europeus dos territórios conquistados.

O islamismo, o cristianismo mas principalmente as religiões locais influenciaram esses movimentos de resistência. Mais ainda, a fusão das religiões exógenas com as religiões locais criou, no seio de uma sociedade em transformação pelo choque entre duas culturas tão diferentes, uma série de doutrinas e religiões que instaram a população à adaptar-se criando assim “igrejas independentes e ou separatistas” (OPOKU, 2010, p. 613). Com a derrota para os europeus os símbolos religiosos utilizados pelos

africanos tiveram uma relativa perda de legitimidade e

Foi amiúde dessas crises de legitimidade que nasceram os grandes movimentos para tentar redefinir a soberania. De modo quase invariável, tais movimentos tinham, a seu favor, chefes espirituais para exprimir a mensagem de uma unidade mais ampla. Esse fenômeno ora se verificava no contexto do islã – as ideologias islâmicas do milenarismo e da resistência espalharam-se pelo cinturão sudanês de leste a oeste – ora derivava da influência das ideias cristãs. Muitas e muitas vezes, o fenômeno se dava no contexto da religião africana (RANGER, 2010, p. 59 - 60).

Essa legitimidade foi a todo tempo sabotada pelos missionários e pelos administradores coloniais que “pregavam contra a crença nos espíritos, nas forças sobrenaturais e nos deuses e feitiçaria” (OPOKU, 2010, p. 597- 598) numa tentativa de diminuir a influência dos médiuns e sacerdotes tradicionais.

Para qualquer estudioso da Guiné - Bissau não passará despercebido em quase todas as leituras a ideia de resistência á que normalmente são associados os guineenses na época de dominação europeia do território. Na maioria das vezes para os colonizadores essas reações não passavam de rebeldia e ignorância que davam, intencionalmente, uma exagerada heroicidade aos esforços colonizadores. No entanto para um leitor mais atento e crítico há uma forte, consistente e incansável resistência ao domínio estrangeiro.

“Pela persistente e cruenta insubordinação de seus habitantes, a colônia ficou conhecida como *Guiné, a rebelde* (PELLISSIER, 1989b, p. 408 APUD Augel, 2007, p. 56)”. É importante ressaltar que esses comentários tinham um intencional cunho extremamente negativo e não de ressaltar o poder de oposição desses povos. John Woollacott (WOOLLACOTT, 1983, p. 113) denomina a

Guiné – Bissau como o calcanhar de Aquiles de Portugal. De acordo com ele Portugal nunca conseguiu de fato estabelecer um domínio no território.

As fontes utilizadas nesse trabalho demonstram que durante todo o período de ocupação portuguesa nesse território, eclodiram diversos conflitos entre europeus e guineenses.<sup>3</sup> Esses conflitos se iniciaram com a tentativa portuguesa de avançar pelo interior do território, a partir de 1880, com a chamada Pacificação. Segundo Leite de Magalhães (MAGALHÃES, 1920), só de 1880, período em que a Guiné se torna independente de Cabo Verde, até 1884 registram-se seis conflitos entre os guineenses e os europeus; e de 1901 até 1904 mais quatro conflitos são registrados. Num espaço de doze anos sete governadores são substituídos na Guiné.

Na Guiné – Bissau o colonialismo português não conseguiu se implantar com muita força no território, por causa da difícil absorção popular à cultura portuguesa, tanto no que se refere à língua quanto à religião. Além disso, acredita-se que o fato de ser uma região fortemente islamizada impôs muita dificuldade aos missionários e colonizadores portugueses. No entanto, diferente de muitos países da África ocidental onde a maioria da população é islamizada, na Guiné essa dinâmica religiosa é bem mais complexa e as religiões tradicionais desse povo permaneceu resistindo fortemente. Além disso, na guiné a permanência e investimen-

to colonial foram diminutos, colaborando para uma difícil absorção da cultura do português.

De maneira geral as formas de se opor as imposições portuguesas entre os africanos foram diversas, a dominação colonial era freqüentemente contestada e as formas de resistência iam desde a fuga até a luta armada (KI-ZERBO, 1999, p.85 - 86). Havia também a resistência passiva, a resistência passiva tomou diversas formas, iam de recusa no pagamento dos impostos, ou de produzir as culturas obrigatórias até a fuga do território através das migrações em massa (M'BOKOLO, 2011). Com exceção das migrações massivas, a resistência passiva foram mais comuns no início do sistema colonial quando o número de administradores era insuficiente para a extensão do território. Quando essas ações não eram suficientes a população recorriam às migrações para outros territórios coloniais, ou para as montanhas ou florestas adentro longe do contato com o colonizador.

Além da resistência passiva haviam as denominadas resistências ativas (M'BOKOLO, 2011, p. 524 - 526) que se apresentavam na forma de revoltas. Mais comuns nas zonas rurais, essas revoltas camponesas “praticamente não pararam em Angola, Moçambique e na Guiné – Bissau” (M'BOKOLO, 2011, p. 527).

A guerrilha e a luta armada aconteceram principalmente no início e no final da era colonial quando os países africanos lutavam pela definitiva independência, tiveram um caráter mais nacional e uma grande influência dos intelectuais africanos.

Dentre os mais resistentes ao domínio português na Guiné - Bissau estavam os Bijagós, esses são constantemente relatados nos escritos portugueses como os mais difíceis de submeter. “Os Bijagós foram os primeiros

3 Essas fontes se encontram disponíveis em <http://memoria-afrika.ua.pt>, são documentos produzidos pelos portugueses durante o período colonial na África, consistem consequentemente em relatos desses portugueses acerca da ocupação em territórios que até então eram colônias sob sua jurisdição. Serviam de divulgação acerca do trabalho desenvolvido nessas regiões. Esses documentos testemunham a ação, projetos e ideologias que marcaram esse período.

habitantes do território a entrar em conflito armado com os portugueses e viriam a ser também os últimos antes do estabelecimento da pax lusitana” (MENDY, 1997, p. 42). Os Bijagós, impuseram uma férrea resistência aos portugueses, tanto que o território só foi considerado completamente pacificado em 1938 (MOREIRA, 1946, p. 110).

Embora insubmisso, duvidamos que o Bijagó seja dotado de espírito belicoso nato. Apesar disso, não poucas vezes tem levado o governo da colônia á intervenção armada para o obrigar a submeter-se. A fabula da insubmissão perpetua e irreduzível dos Bijagós, pedra de toque de insinuações abertas ou semi-veladas com que se pretende amesquinhar a nossa capacidade colonizadora, foi completamente desfeita com a última campanha de Canhabaque (MOREIRA, 1946, p. 113)

As campanhas da Ilha de Canhabaque ocorreram principalmente por causa da recusa dos bijagós em reconhecerem a autoridade portuguesa, além disso eles recusavam - se a pagar o imposto de palhota determinado pelos portugueses.

Com o poder de fogo dos portugueses, a exemplo de suas metralhadoras, canhões e bombardeios aéreos, tornava difícil para esse povo manter – se vitoriosos diante do inimigo. “Incapazes de manter a resistência armada contra os intrusos portugueses os Bijagós reverteram à resistência passiva” (MOREIRA, 1946, p. 49)

A partir daí os bijagós assim como vários outros grupos da Guiné passaram a se utilizar de diversas estratégias para burlar o aparato português de dominação que deixava os portugueses confusos, desconfiados e vigilantes. Além de queimarem suas palhotas para evitar o pagamento desse imposto e de fugirem para as regiões de floresta longe do convívio com o português (MENDY, 1992, p. 49).

Após 1938 com o estabelecimento de postos administrativos no arquipélago, os portugueses substituíram as realezas bijagós por realezas previamente escolhidas pelos portugueses mas que deveriam de alguma forma ter a aprovação da população local. Assim, outra estratégia utilizada por esse povo consistia em escolher chefes de povoação ou régulos que na verdade não possuíam grande autoridade social para representá-los perante as autoridades portuguesas, burlando com isso o pagamento dos impostos.

Hoje já não existe a realeza, a qual substituímos por chefes escolhidos pelo governo da colônia, mediante sufrágio universal da população respectiva e cuja jurisdição se limita as tabancas de que são chefes ou a ilha a que pertencem os eleitores. Acontece que esses chefes escolhidos pelos portugueses eram “meras figuras decorativas, sem prestígio e sem autoridade”, “os verdadeiros chefes são os que dirigem os destinos das quatro grandes famílias Bijagós”. O chefe de cada ramo tribal, que tanto pode ser um homem como uma mulher, nunca chega a ser conhecido pelas autoridades administrativas. Vive na sombra dirigindo a máquina social e política de seu povo sendo cegamente obedecido por todos e a sua identidade nunca é revelada pelos seus súbditos, sob pena de morte por crime de traição. São esses chefes ocultos que decretam a guerra e decidem a paz. Os chefes eleitos com a aprovação do governo da colônia nunca decidem coisa alguma sem consultar o verdadeiro do ramo tribal (NOGUEIRA, 1974, p. 107).

Os portugueses até tentavam descobrir tais chefes para através deles cobrar os impostos e forçar obediência dessas populações, de acordo com Amadeu Nogueira, administrador na circunscrição de São Domingos, em 1947 a estratégia de descobrir os tais chefes e nomeá-los chefes a serviço de Portugal deu resultado. “Não será esta uma

maneira de melhorar a situação, sem atacar o órgão ou o seu suporte?” (NOGUEIRA, 1974, p. 107)

No período colonial os Bijagós, por habitarem as ilhas da região estavam mais distantes do convívio com o europeu e talvez por isso são descritos como os mais “refratários a civilização.” (NOGUEIRA, 1974, p. 112). São frequentemente descritos como relutante ao convívio do colono. Seja como for os Bijagós dentre os povos da Guiné, foi o que menos influência recebeu de outros povos e do colono português (NOGUEIRA, 1974, p. 112). De acordo com Mendy, “o período de poder colonial português na Guiné foi relativamente breve, menos de 60 anos no continente e apenas 37 anos nas ilhas Bijagós” (MENDY, 1997).

Além dos Bijagós, houveram outros povos na Guiné que usaram de estratégias diversas para burlar e de alguma maneira se impor ao implacável domínio colonial. É importante lembrar que apesar de os islamizados haverem se aliado aos europeus não significa que eles eram submissos e concordavam cegamente com as prerrogativas dos colonizadores. Era uma luta por poder e dominação e por isso para eles foi melhor a união com o europeu do que o total alienamento da terra e do povo.

Assim como os Bijagós os Felupes também eram governados por um chefe de povoado denominado aleleu. E era quem decidia as questões conflituosas da comunidade entre si e com outros povos. Era ele quem decidia se a povoação devia entrar em guerra ou fazer as pazes, assim como determinava se deviam ou não cumprir as determinações das autoridades. Amadeu Nogueira afirmava constantemente que foram eles os primeiros incitadores da maioria das revoltas Felupes.

Como não tenho relutância em afirmar que eles são os grandes responsáveis pela semi

– barbárie em que todos se encontram por contrariarem as ordens emanadas das autoridades e aconselhando aquela resistência passiva, mais difícil de vencer que a rebeldia (NOGUEIRA, 1974, p. 716)

Os Felupes não encontravam-se tão distante territorialmente do contato com os portugueses e de outros povos como os Bijagós. No entanto eram considerados “dentre os povos da Guiné que menos tem adotado os costumes da civilização com que tem estado em contato (TABORDA, 1950, p. 558).” A exemplo do que faziam os Bijagós, os Felupes também não deixavam claro para as autoridades portuguesas quem eram seus verdadeiros chefes e os chefes eleitos pela administração colonial não possuíam nenhuma prerrogativa sobre eles.

Por causa disso em 1947 realizou-se uma reforma no estatuto ultramarino e as eleições para chefe de povoação foram canceladas e passou-se a procurar saber quem eram seus verdadeiros chefes e nomeá-los.

O desconhecimento português sobre os povos mais distantes de seus postos de domínio facilitava a estratégia por estes utilizadas. E por conta desse desconhecimento criou - se diversos ensaios etnográficos publicados em Boletins Culturais com o objetivo de adentrar um pouco mais na cultura desses povos e utilizar melhores estratégias de domínio.

Os subterfúgios para fugir a opressão portuguesa eram comuns em todos os povos. Nenhum aceitou de forma passiva à dominação colonial. Além dos Bijagós e Felupes, os Papeis e o Manjacos também usaram de semelhantes estratégias para fugir a extorsão e ao recrutamento forçado para trabalhar a serviço dos portugueses. O domínio colonial durou muito tempo, os guineenses tentaram de muitas formas manter suas instituições tradicionais, de muitas formas con-

seguiram, mas foi inevitável que alguns aspectos de sua cultura fossem transformados.

## Algumas considerações finais

Esse trabalho consistiu em analisar alguns aspectos da colonização portuguesa na Guiné – Bissau. E nesse sentido é preciso inserir Portugal em seu peculiar contexto dentre os países colonizadores. Longe de ser uma “potência”, Portugal foi incluída nessa empreitada apenas por questões legais que foram estabelecidas na Conferência de Berlim. Aliado a isso tentou-se imprimir um caráter não economicista ao imperialismo português, no entanto, apesar do caráter ideológico empreendido pelo colonialismo português, sua intervenção nas colônias sob sua jurisdição envolveu um forte racismo institucional.

Seja como for, as ideologias que rondam o colonialismo português servem mais como justificativas para dar base a uma fragilidade política e financeira de Portugal nas colônias e em seu próprio país, do que de fato representar os pensamentos e práticas imperialistas desse país em suas respectivas colônias.

Aliado a isso, sabe-se que a luta ou resistência contra os invasores coloniais tanto portugueses, quanto ingleses, franceses e outros se deu em toda o território africano e sob a influência de várias religiões, no entanto, pelo menos na Guiné-Bissau tende-se a associar essas lutas aos povos que tiveram contato com o islamismo.

A Guiné – Bissau é considerada uma região peculiar dentre as colônias portuguesas pelo fato de nessa região apesar de ter havido uma influência muito forte do islamismo, a grande maioria da população permanecer ligada as suas religiões locais. Nas bibliografias específicas sobre a Guiné – Bissau muito se exalta sobre a influência do islamismo

na região e sobre o poder dessa religião na resistência contra o colonizador, no entanto não se deve esquecer que na Guiné a maior parte da população professa as religiões de tradição e foram essas as maiores opositoras do sistema colonial.

No caso específico da Guiné-Bissau o catolicismo e a língua portuguesa não conseguiram muitos adeptos, ao contrário o islamismo religião de origem árabe obteve uma maior aceitação entre os habitantes dessa região do que o catolicismo. Mas a religião tradicional permaneceu com uma maioria de praticantes demonstrando a grande resistência guineense à colonização e imposição de outra cultura de maneira geral. Mesmo sendo uma região onde há uma relativa força islâmica na Guiné – Bissau 55% da população praticam suas religiões de tradição.<sup>4</sup>

Com exceção dos Mandingas, Fulas, Biafadas e alguns núcleos Manjacos e Balantas a maioria dos grupos étnicos guineenses, cerca de 30, não se renderam a influência do islamismo e muito menos do cristianismo. Em sua maioria essas populações tradicionais localizavam-se no litoral da região guineense, ou habitavam os arquipélagos que faziam parte desse território, como é o caso dos Bijagós. A atividade econômica principal desses povos era a agricultura, agropecuária de subsistência e a caça. Os povos que vivem em áreas mais litorâneas praticavam também a pesca. Possuíam uma estrutura social hierarquizada, mas não desigual.

A adesão ao cristianismo foi ínfima na Guiné – Bissau, ainda assim houveram os que se converteram a esse credo. Esses eram

4 Disponível em: <http://www.countrywatch.com/Intelligence/CountryReviews?CountryId=71> CountryWatch é um provedor de informações para empresas, agências governamentais, universidades, escolas, bibliotecas e indivíduos que necessitam de notícias atualizadas e informações sobre cada um dos países reconhecidos do mundo.

na maioria das vezes pessoas a margem da sociedade africana. Geralmente eram deficientes, mães de gêmeos, orfãos ou doentes abandonados que muitas vezes eram auxiliados ou refugiavam-se nas missões.

Aliado a isso não se deve negar o papel fundamental dos missionários no processo de colonização no continente africano. O Estado Novo principalmente se utilizou com bastante ênfase do poder ideológico da igreja católica. A política colonial andava de mãos dadas com os missionários católicos. A assimilação dos africanos ficou a cargo da igreja. E talvez por funcionarem conjuntamente, assim como a política colonial foi frágil e ineficiente na Guiné – Bissau, o trabalho dos missionários refletiu muito bem a política colonial portuguesa.

A colonização europeia deixou seus efeitos devastadores no continente africano. Tanto no que diz respeito aos efeitos negativos na economia e desenvolvimento do continente quanto na propagação do racismo e ideias negativas sobre o continente. Apesar dessa inegável constatação após a independência grande parte dos países africanos permaneceu ligada aos seus antigos colonizadores através de laços econômicos.

Na época da descolonização Nkrumah como o representante mais importante do Pan-Africanismo no continente buscou implantar uma rede de autoajuda econômica dentro do continente. Nkrumah buscou integrar economicamente, culturalmente e regionalmente o continente. Para ele e outros representantes do Pan-Africanismo na África, a busca por integração regional seria o caminho mais viável para o desenvolvimento do continente. No entanto esbarrou na falta de interesse dos dirigentes no poder.

Na Guiné - Bissau as consequências da colonização foram inúmeras, diferente dos países de colonização francesa, mas princi-

palmente inglesa a Guiné não recebeu investimentos mínimos para que nela desenvolvessem instituições educacionais de peso. Até o desenvolvimento econômico teve baixíssimo investimento colonial. A política portuguesa na Guiné - Bissau era praticada de modo que a população alcançasse o mínimo possível de instrução. Mesmo dentre as colônias portuguesa a Guiné foi a que menos investimentos recebeu.

Após a independência a situação do país mudou muito pouco, pois com sucessivos golpes de estados e autoritarismos pouco se investiu no desenvolvimento do país. Com o alcance da independência os governos que chegaram ao poder não conseguiram fazer um governo para todos, pois o país apresenta uma realidade multicultural que, talvez, não permita tomar como exemplo instituições e modelos ocidentais para a administração do país.

E por fim, no que se refere aos estudos sobre a Guiné – Bissau há algumas coisas relevantes a se levantar. As fontes sobre a Guiné-Bissau, principalmente aquelas que não estão sob a égide do colonizador, são escassas, assim como os estudos acerca dessa região também os são. A maior parte dos escritos sobre a colonização portuguesa são sobre Angola ou Moçambique. A Guiné – Bissau tem uma história rica e interessante e os estudos específicos sobre os vários povos que habitam esse país e suas línguas também são diminutos.

## Referências

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: Nação, identidades e pós – colonialismo na literatura da Guiné – Bissau**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BATRAN, Aziz. As revoluções islâmicas do século XIX na África do Oeste. In: AJAYI, J. F. Ade (Org). **História Geral da África, vol. VI - África do século XIX à década de 1880**.

Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 619 – 640.

DIOP, Majhemout. A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Orgs). **História Geral da África, vol VIII – África desde 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 67 - 88.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Vol. II**. Mem Martins (Portugal): Biblioteca Universitária, 2002.

MENDY, Peter Karibe. A Relevância do pensamento de Cheik Anta Diop na África Lusófona: O caso da Guiné Bissau. **Revista de Estudos Guineenses (Soronda)**, vol I, nº01, Janeiro de 1997.

\_\_\_\_\_ A conquista militar da Guiné: da resistência a “pacificação” do arquipélago dos Bijagós. *Revistas de estudos guineenses (Soronda)*. Nº 13, Janeiro, 1992.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações – Tomo II (do século XIX aos nossos dias)**. Salvador/ São Paulo: EDUFBA/ Casa das Áfricas, 2011.

NIANE, Djibril Tamsir. O Mali e a segunda expansão manden. In: NIANE, D. T. (Coord.). **História Geral da África, vol. IV – A África do século XII ao século XVI**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 133 – 192.

OPOKU, Kofi Asare. A religião na África durante a época colonial. In: **BOAHEN, Albert Adu (Org). História Geral da África, vol VII - África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 591 - 624.

RANGER, Terence O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: **BOAHEN, Albert Adu (Org). História Geral da África, vol VII - África sob domina-**

**ção colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 51 - 72.

SIMPSON, Duncan. A igreja católica e o Estado Novo de Salazar. **Locus: Revista de história**. Vol.18, n.1. 2012

WOOLLACOTT, John. A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. **Análise Social**, vol. XIX (77-78-79), 1983.

## Fontes

CORREIA, Alves. Missões Católicas Portuguesas. **Cadernos Coloniais**. nº 31, 1936.

MAGALHÃES, Leite. A guiné através da história. **Cadernos Coloniais**, nº 24, 1920.

MOREIRA, José Mendes. Breve ensaio etnográfico acerca dos Bijagós. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol.I, nº 001- 004, 1946.

NOGUEIRA, Amadeu. O Irã na circunscrição de S. Domingos. **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**. Vol. II, Nº 0, 1974.

REMA, Henrique Pinto. Segunda (A) Missão Franciscana da Guiné Portuguesa. In: **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, vol. XXVI, nº104.

RODRIGUES, Sarmiento. Os maometanos no futuro da Guiné Portuguesa. **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, vol. III, nº 09, 1948.

TABORDA, A. Cunha. Apontamentos etnográficos sobre os Felupes de Susana. **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, vol. V, nº 18, 1950.

Recebido em: 27/04/2016

Aprovado em 20/06/2016